



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682347 - MS (2021/0232251-9)

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PACIENTE** : REGINALDO SARATE (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de REGINALDO SARATE contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (Recurso em Sentido Estrito n. 0000264-66.2021.8.12.0003).

O paciente encontrava-se preso preventivamente por suposta prática da conduta tipificada no artigo 121 do Código Penal, tendo, em data de 16/03/2021, o Juízo de primeiro grau substituído a medida extrema por medidas cautelares, nos termos do artigo 319 do Código de Processo Penal.

Inconformado, o Ministério Público interpôs recurso em sentido estrito junto ao Tribunal de origem, o qual foi provido e decretada a segregação cautelar do paciente, motivo pelo qual impetrou-se o presente *writ*.

A defesa sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a autoridade coatora não esclareceu, de forma fundamentada e individualizada, porque não caberia no caso concreto a substituição da preventiva por outras medidas cautelares, tal como exige o § 6º do art. 282 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva imposta ao paciente, nos termos do artigo 316 do CPP, concedendo-se a ele o direito de recorrer em liberdade, ou, alternativamente, sejam aplicadas medidas cautelares diversas da prisão, nos termos dos art. 282 c/c art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, observa-se que foram declinados os fundamentos para justificar a manutenção da custódia cautelar do paciente (e-STJ fls. 137/138):

*Assim é que, com a devida vênia ao posicionamento de primeira instância de jurisdição, é caso de decretação da prisão preventiva do recorrido. Há no encadernado processual em trâmite na origem elementos que denotam a materialidade, bem como indícios suficientes da autoria, consoante documentos coligidos (fumus comissi*

*delicti).*

*Ademais, não se descarta a gravidade concreta que reveste caso em apuração, pois se trata de homicídio perpetrado dentro de aldeia indígena. O recorrido, ao que consta, inclusive residia na casa da vítima, mesmo sem terem relação de parentesco, a indicar que se conheciam por eventual amizade.*

*Conforme denota-se dos autos, no dia dos fatos o recorrido e a vítima teriam sido contratados para roçarem uma lavoura, que após o serviço retornaram para a casa da vítima e passaram a ingerir bebida alcoólica. Interrogado o recorrido relatou que ficaram bêbados, a vítima teria começado a ofendê-lo e foi mandado embora da casa dela.*

*Iniciou-se discussão de que o recorrido foi responsável pela mulher da vítima tê-lo deixado e também de que foram parentes do recorrido os culpados pela morte do irmão da vítima há três anos.*

*Disse ter retrucado a vítima, a qual, então, teria se apossado da foice e investido contra o recorrido, momento em que entraram em luta corporal, quando o recorrido teria conseguido pegar a foice e desferiu um golpe na cabeça de*

*Portanto, diferentemente do que consta na decisão infirmada, dos elementos até então colhidos é sim possível extrair a gravidade concretada conduta e a periculosidade do agente, a despeito da ausência de antecedentes.*

*(...)*

*Inclusive, apesar de a magistrada de primeiro grau consignar sobre a necessidade de se assegurar que o recorrido não voltasse a delinquir, tendo em vista o histórico de desavenças entre familiares dele e da vítima, é evidente, por outro lado, que medidas diversas da prisão não servem para o acautelamento almejado pelo pronunciamento combatido, sendo certo que somente com a segregação se evitariam a reiteração e os riscos inerentes à soltura, pois, no momento, periclitam vidas de terceiros envolvidos em eventual contexto conflituoso, tal qual mencionado nos autos.*

*Nesse panorama, presente o *periculum libertatis*, já que a custódia do recorrido interessa especialmente à ordem pública, ante a gravidade e periculosidade concretas constatadas, bem assim pelo risco que a liberdade do recorrido acarreta, cenário, portanto, incompatível com a paz social por todos almejada.*

Assim, ao contrário do que a defesa aduz, observa-se que a fundamentação do acórdão combatido, o qual manteve a segregação cautelar do acusado, demonstra de maneira adequada o fator que consubstancia a necessidade da prisão como ferramenta *periculum in libertatis* garantidora da ordem pública, em virtude da periculosidade concreta do paciente, representada pelo modo de execução do crime.

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência